

A. I. Nº - 110526.0041/09-5
AUTUADO - SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
AUTUANTE - ANTÔNIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT METRO
INTERNET - 03. 09. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0287-01/09

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SAÍDAS DE ÁLCOOL HIDRATADO. FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. Ficou comprovado o pagamento do imposto exigido no presente lançamento na mesma data da ação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 04/02/2009, refere-se à exigência de R\$1.688,82 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de retenção do ICMS substituição nas operações de saídas de mercadorias sujeitas à antecipação tributária. De acordo com a descrição dos fatos, foi constatada a falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação tributária referente aos DANFEs (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) de números 3504, 3505, 3506, emitidos em 03/02/2009 (fls. 09/10).

O autuado, por meio de advogado com procuração à fl. 19, apresentou impugnação (fls. 17 a 18), alegando que o imposto exigido no presente Auto de Infração faz parte da composição que totaliza o imposto recolhido em 04/02/2009, no montante de R\$8.419,54, sendo R\$7.533,27 referentes ao ICMS substituição tributária e R\$886,27 ao Fundo de pobreza, conforme DAEs que acostou aos autos (fls. 19 a 22). Diz que os mencionados Documentos de Arrecadação relacionam as numerações dos DANFEs 3507, 3508, dentre outros. Apresenta o demonstrativo de cálculo do imposto que compõe os DAEs e finaliza pedindo a improcedência do presente Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 63 dos autos, diz que o autuado emitiu os DANFEs de números 3504 a 3506 cujas saídas ocorreram em 03/02/2009, relativos à venda de 15.000 litros de álcool carburante sem efetuar o recolhimento do ICMS devido por substituição tributária no momento da saída da mercadoria, nos termos do art. 126, IV, do RICMS/BA, tendo sido lavrado o Termo de Apreensão e Ocorrências às 12:15h do dia 04/02/2009. Diz que apesar de não ser possível demonstrar em que horário foi realizado o recolhimento do ICMS, esse pagamento ocorreu porque o defendente soube da existência de procedimento fiscal já iniciado, e o recolhimento do imposto devido deveria ser feito no momento da saída da mercadoria, e na melhor das hipóteses, os pagamentos incluiriam o total dos DANFEs previstos para circular no mesmo dia. Assim, o autuante entende que o contribuinte incluiu no pagamento realizado, DANFEs emitidos em datas anteriores a 04/02/2009, o que corrobora a conclusão de que o autuado somente efetuou o pagamento do imposto em virtude da ação fiscal, e no mesmo dia da lavratura do Auto de Infração o defendente protocolou pedido para dilatar o prazo de recolhimento do ICMS. Por fim, o autuante reitera o seu entendimento de que o pagamento efetuado pelo defendente ocorreu após o início da ação fiscal, e pede a procedência do presente Auto de Infração.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constato que a autuação fiscal é decorrente da falta de retenção e recolhimento do imposto pelo autuado, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas de Álcool Hidratado, realizadas a contribuintes localizados neste Estado, constando na descrição dos fatos,

que a exigência da antecipação tributária se refere aos DANFEs (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) de números 3504, 3505 e 3506, emitidos em 03/02/2009.

O autuado não contestou os dados numéricos da autuação fiscal e reconheceu a sua responsabilidade, na condição de remetente da mercadoria objeto da autuação, pelo recolhimento do ICMS incidente sobre as operações subsequentes a serem realizadas neste Estado, alegando nas razões de defesa, que o imposto exigido no presente Auto de Infração faz parte da composição que totaliza o imposto recolhido em 04/02/2009, no montante de R\$8.419,54, sendo R\$7.533,27 referentes ao ICMS substituição tributária e R\$886,27 ao Fundo de Pobreza, conforme DAEs que acostou aos autos (fls. 19 a 22), onde estão inseridas as numerações dos DANFEs objeto da autuação fiscal.

Observo que nos DAEs e comprovantes de pagamento que o defendente acostou aos autos às fls. 21 a 24, constam os documentos fiscais objeto da autuação, estando comprovado que o recolhimento do imposto apresentado pelo defendente foi efetuado em 04/02/2009, inexistindo nos comprovantes de pagamento qualquer indicação quanto ao respectivo horário. Portanto, o recolhimento foi realizado na mesma data de lavratura do Termo de Apreensão e do presente Auto de Infração, em 04/02/2009.

O inciso IV do art. 126 do RICMS/97, prevê que o imposto a ser recolhido pelo responsável em decorrência de substituição tributária por antecipação será pago, nas operações de saída de álcool etílico hidratado combustível (AEHC) e de álcool a granel não destinado ao uso automotivo, no momento da saída das mercadorias.

Entendo que no caso em exame, apesar de não estar comprovado nos autos o momento exato do recolhimento do imposto, pode-se considerar que houve espontaneidade do sujeito passivo em relação ao pagamento efetuado, e o fato de os demais documentos fiscais constantes do DAE terem sido emitidos em datas anteriores ao do presente lançamento, não invalida a espontaneidade o contribuinte em relação ao imposto apurado neste Auto de Infração.

Assim, acato as alegações apresentadas pelo autuado, e considero elidida a exigência fiscal, levando em consideração o comprovante de pagamento do imposto apurado no presente Auto de Infração.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 110526.0041/09-5, lavrado contra **SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2009

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR